

A SIMILARIDADE ENTRE O ARGUMENTO ONTOLÓGICO E AS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS EM DIFERENTES CULTURAS

THE SIMILARITY BETWEEN THE ONTOLOGICAL ARGUMENT AND RELIGIOUS MANIFESTATIONS IN DIFFERENT CULTURES

SIMILARIDAD ENTRE EL ARGUMENTO ONTOLÓGICO Y LAS MANIFESTACIONES RELIGIOSAS EN DIFERENTES CULTURAS

Matheus Teixeira de Souza¹
Roberto Rohregger²

Resumo

O presente artigo demonstra como várias culturas ao redor do mundo apresentam linhas de raciocínio semelhantes ao argumento ontológico e suas diversas formulações. Além disso, observam-se duas importantes inferências neste estudo, como a possibilidade de sugerir, através de seus resultados, que todos os seres humanos que compreendem os atributos inatos de um ser de máxima perfeição podem concluir, por formas de raciocínio similares ao argumento ontológico, que um ser de máxima grandeza, no caso Deus, deve necessariamente existir. A outra inferência diz respeito a possível ancestralidade comum entre diversas culturas religiosas existentes em nossos dias. Utilizou-se metodologia de pesquisa qualitativa baseada em consulta bibliográfica.

Palavras-chave: argumento ontológico; ontologia; Deus; cultura.

Abstract

This paper demonstrates how various cultures around the world present reasoning's similar lines to the ontological argument and its various formulations. Moreover, two important inferences can be observed in this study, such as the possibility of suggesting, through its results, that all human beings who understand the innate attributes of a maximum perfection being can conclude, by ways of reasoning similar to the ontological argument, that a being of maximum greatness, in this case God, must necessarily exist. The other inference concerns the possible common ancestry among several religious cultures existing in our days. A qualitative research methodology based on bibliographic research is used.

Keywords: ontological argument; ontology; God; culture.

Resumen

El presente artículo demuestra cómo varias culturas alrededor del mundo presentan líneas de razonamiento similares al argumento ontológico y sus diversas formulaciones. Además, se observan dos importantes inferencias en este estudio, como la posibilidad de sugerir, por medio de sus resultados, que todos los seres humanos que comprenden los atributos innatos de un ser de máxima perfección pueden concluir, por formas de razonamientos similares al argumento ontológico, que un ser de máxima grandeza, en el caso Dios, debe necesariamente existir. La segunda inferencia tiene que ver con una posible ancestralidad común entre diversas culturas religiosas de nuestros días. Se utilizó metodología de investigación cualitativa basada en consulta bibliográfica.

¹ Graduação em Marketing digital pela Universidade Norte do Paraná (2018). Graduando em direito pela Universidade Cândido Mendes, graduando em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional, graduando em Teologia pelo Centro Universitário Internacional, graduando em Ciência política também pelo Centro Universitário Internacional UNINTER, especialização em retórica e oratória em língua portuguesa pelo Instituto Brasileiro de Formação. E-mail: matheus.teixeira9797@gmail.com.

² Professor da área de humanidades do Centro Universitário Internacional - UNINTER. MESTRE em Bioética pela PUCPR, Especialização em Psicoteologia e Bioética pela Faculdade Evangélica do Paraná - FEPA e Teologia do Novo Testamento Aplicada pela Faculdade Teológica Batista do Paraná – FTBP, em Formação de Docentes para EAD pelo Centro Universitário UNINTER. Graduação em Bacharel em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER, Bacharel em Teologia pela Faculdade Evangélica do Paraná, formação Pedagógica em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. E-mail: roberto.r@uninter.com.

Palabras-clave: argumento ontológico; ontología; Dios; cultura.

1 Introdução

Para facilitar a compreensão do presente estudo é necessário a conceituação adequada do que constitui um argumento de caráter ontológico. A palavra ontologia vem da junção das palavras gregas *ontos*, que significa “ente”, e *logia*, que significa “discurso lógico”. Juntas, significam “ciência do ser”. Esta área de estudo está diretamente ligada a metafísica e ao estudo das características do próprio ser (ONTOLOGY, [s.d.]). Segundo Abbagnano (2012), ontologia é:

1. Doutrina do ser e das suas formas. Cunhado no século XVII, como efeito da tendência barroca a preciosismos linguísticos usando palavras de derivação grega, o termo apareceu no *Lexicon philosophicum* (1613) de R. F. Gockel e no *Theatrum philosophicum* (1613) de J. Lorhardus. [...]. Concomitantemente (a partir do *Opus metaphysicum*, 1617, de C. Sheibler), a metafísica é dividida em duas seções: Ontologia, ou *metaphysica generalis*, que estuda o ente como ente, e a *methaphysica specialis*, que estuda Deus (ABBAGNANO, 2012, p. 848).

Sendo assim, um argumento ontológico busca comprovação da existência do ser por meio de suas características inatas. Em um primeiro momento da história do desenvolvimento filosófico, o estudo da ontologia não estava diretamente ligado ao viés religioso propriamente dito. Contudo, na Idade Média, toda tradição filosófica anterior relacionada ao pensamento ontológico passou a embasar o que viria a ser conhecido como o argumento ontológico.

Hoje, esse argumento está intrinsecamente relacionado a existência do Deus onipotente, onisciente e onipresente encontrado em religiões como o cristianismo e o judaísmo. Também é necessário mencionar que o argumento sofreu modificações e reformulações por parte de acadêmicos e filósofos, e ainda hoje é amplamente debatido no meio acadêmico. A formulação mais conhecida do argumento ontológico é apresentada por Anselmo de Cantuária, em que autor diz o seguinte a respeito de Deus:

Mas, sem dúvida, “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” não pode existir unicamente no intelecto. Se, na verdade, existe pelo menos no intelecto, pode pensar-se que exista também na realidade, o que é ser maior. Se, pois, “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” existe apenas no intelecto, então “aquilo mesmo maior do que o qual nada pode ser pensado” é “algo maior do que o qual algo pode ser pensado”. Mas isto, é claramente impossível. Existe, pois, sem a menor dúvida, “alguma coisa maior do que a qual nada pode ser pensado” tanto no intelecto como na realidade (ANSELMO, 2008, p. 12).

Portanto, o argumento ontológico se baseia em um raciocínio *a priori*, isto é, amparado unicamente pela razão e pelo intelecto, sem haver necessidade de elementos cientificamente empíricos para sustentá-lo. O argumento parte do pressuposto segundo o qual Deus é o próprio ideal de perfeição suprema, de modo que não há possibilidade de existir nada mais perfeito que Deus tanto no mundo real quando na imaginação humana.

Isto posto, um ser que representa o conceito máximo de perfeição certamente tem que existir, pois, se não existisse, não poderia ser o conceito máximo de perfeição. Assim, explicita-se que um dos principais atributos da perfeição suprema é a necessidade de existir, pois, caso não exista, não pode ser considerada a suprema perfeição. Os autores usados nessa obra foram escolhidos justamente por serem os maiores expoentes do que conhecemos como argumento ontológico. Ademais, apresenta-se resumidamente nesta pesquisa o pensamento filosófico de autores como Agostinho de Hipona, Renê Descartes, São Boaventura, Leibniz, Boécio, Anselmo de Cantuária, João Duns Escoto, Allvin Plantinga e Willian Lane Craig.

2 Desenvolvimento histórico – filosófico do argumento ontológico

O pensamento ontológico é antigo e está atrelado a pensadores como Platão e Aristóteles. Contudo, acredita-se que a conceituação etimológica da palavra só veio muito tempo depois, com a obra *Ogdoas Scholastica*, de Jacob Loard, datada de 1606. Há evidências de que a primeira aparição da ontologia como um argumento em defesa de Deus surgiu com o filósofo Agostinho de Hipona, na obra *De Doctrina Christiana*, no seguinte trecho:

Ao se representarem o único Deus entre todos os deuses – inclusive aqueles homens que imaginam, invocam e adoram outros deuses, seja no céu, seja na terra —, representam-no de tal modo sublime que a mente não consegue pensar coisa alguma de melhor e mais excelente. [...] Aqueles, por outro lado, que são movidos pela inteligência a se representarem o que seja Deus, antepõem-no a todas as naturezas visíveis e corporais, assim como a todas as naturezas espirituais, inteligíveis e mutáveis. Todos, contudo, porfiam com afinco para dotarem Deus de excelência suprema. E não se pode encontrar pessoa alguma que pense haver um ser melhor do que Deus. Assim, todos pensam unanimemente que Deus está acima de todas as coisas (AGOSTINHO, 2002, p. 36).

Portanto, pode-se chegar a inequívoca conclusão de que o pensamento filosófico agostiniano foi responsável pela primeira manifestação da ontologia como forma de comprovação da existência necessária de um ser de máxima perfeição.

Observam-se semelhanças entre a filosofia de Agostinho de Hipona e a de Anselmo de Cantuária, que formulou, séculos depois, o primeiro argumento ontológico em defesa da existência de Deus. Depois de Agostinho de Hipona, o pensador Boécio escreveu ideias

semelhantes, reformuladas e aperfeiçoadas algum tempo depois por Anselmo de Cantuária, em sua obra intitulada *Proslogion*. Sobre *Étienne*, o grande pesquisador de história da filosofia clássica, Gilson (1995), afirma que:

Para estabelecer sua existência, Boécio se apoia no princípio de que o imperfeito não pode ser senão uma diminuição do perfeito; a existência do imperfeito, numa ordem qualquer, pressupõe, pois, a do perfeito. Ora, a existência de seres imperfeitos é manifesta; não se pode, portanto, duvidar da existência de um ser perfeito, isto é, de um bem fonte e princípio de todos os outros bens (GILSON, 1995, p. 167).

Até esse momento da história do desenvolvimento da ontologia como forma de explicitar a existência de Deus, não havia argumento ontológico propriamente estruturado para provar definitivamente a existência de Deus por meio das propriedades da natureza divina. Havia apenas ensaios filosóficos do que se tornaria, de fato, o primeiro argumento ontológico da história.

É através de Anselmo de Cantuária que finalmente se estrutura o primeiro argumento propriamente ontológico para provar a existência de Deus por meio de um conhecimento a priori, sem necessidade de evidências empíricas. Na obra *Proslogion*, o autor busca demonstrar, por meio da razão e de argumentos coerentes, a existência daquilo que ele chama *ser perfeitíssimo*. Para esse importante filósofo medieval, o conhecimento a respeito da existência de Deus poderia ser obtido através de reflexão sobre o conceito de perfeição suprema, de maneira que todos os homens o alcançariam desde que fossem sinceros perante a lógica e os fatos.

Seu argumento retoma elementos da filosofia de Agostinho de Hipona ao afirmar que o imperfeito só pode existir perante a existência do perfeito, e vai mais além ao afirmar ser impossível imaginar um ser que é a própria perfeição suprema, embora não exista também na realidade, pois, isto implicaria absurdo lógico, visto que, se tal ser não existe no mundo real, não poderia ser concebido nem mesmo imaginariamente como ser perfeitíssimo, sinônimo da própria perfeição. Logo, para Anselmo, fica evidente que um ser acima do qual nada se pode pensar de maior existe necessariamente tanto na imaginação quanto na realidade (ANSELMO, 2008).

Na história do desenvolvimento filosófico, outros grandes nomes da filosofia revisitaram e defenderam o argumento ontológico com algumas variações e adaptações. Contudo, a história da ontologia para evidenciar e provar a existência de Deus chega ao ápice com Anselmo, pai do primeiro argumento ontológico como prova da existência de Deus.

No século 13, outro pensador medieval, conhecido como São Boaventura, formulou uma concepção do argumento ontológico distinta da outrora concebida por Anselmo. Para Boaventura, o conhecimento que se tem sobre Deus é uma prova de sua existência, isto é, não se reconhece a presença de Deus só após haver refletido sobre um ser de máxima perfeição, mas pela simples capacidade de conceber um ser com os atributos de máxima perfeição típica de um Deus. Portanto, Deus revela sua existência a todos os homens por meio de sua presença na natureza humana. Porquanto a presença de Deus estabelece o conhecimento a respeito dele, evidencia-se a própria ideia de um Deus como prova de sua existência (GILSON, 1995).

O próximo pensador a revisar esse argumento é João Duns Escoto, no século 14. Para ele, a existência é um dos atributos da perfeição e nada pode ser a máxima concepção da perfeição sem existir no mundo real. Um ser perfeitíssimo, imaginado com o poder do intelecto e inexistente fora da imaginação, não seria perfeito como um ser cuja existência se concretiza, ou seja, que está além do apenas imaginado, por mais imperfeito. Logo, o ser perfeitíssimo criado com o poder da mente seria uma impossibilidade lógica, por não ser possível nem mesmo imaginá-lo. Entretanto, porque se pode conceber esse ser de perfeição máxima através de nosso intelecto, necessariamente ele tem que existir no mundo real.

Tal compreensão do argumento ontológico já estava presente no pensamento de filósofos anteriores, porém, o argumento ganha outra reformulação ao apresentar elementos vistos em Aristóteles, como a ideia de ser contingente e ser necessário (GILSON, 1995).

Na realidade, se uma causa primeira incausada é possível, ela é possível por si, pois não tem causa; porém, se não se pode conceber nenhuma causa que possa fazer com que ela não exista, concebe-se por isso mesmo que é impossível que ela não exista. O ser cuja não existência é impensável existe necessariamente. O nervo do argumento é, pois, a exigência interna de ser que a noção de "primazia" (caráter de ser primeiro) contém na ordem da causalidade. A possibilidade daquilo cujo ser é causável não acarreta necessariamente sua existência atual, mas o que exclui toda causa extrínseca ou intrínseca com respeito a seu ser não pode não existir: *Excludendo omnem causam aliam a se, intrinsecam et extrinsecam, respectu sui esse, ex se est impossibile non esse*. Em suma, se o ser primeiro é possível, ele existe (GILSON, 1995, p. 742).

O pensamento de João Duns Escoto é fundamentado em uma noção de causa e efeito em que Deus ocupa a posição de causa primeira, portanto, eterna e imutável.

No século 17, um dos mais conhecidos filósofos viveu e desenvolveu sua magnífica obra, René Descartes, responsável por criar o método cartesiano e pela famosa frase *cogito, ergo sum*. Descartes também é considerado o pai da filosofia moderna e um dos maiores representantes da corrente filosófica racionalista. Com o argumento ontológico, Descartes embasou a solução para o problema levantado por ele, a partir das seguintes indagações: como

ter certeza da verdade? Como saber que não se é constantemente enganado pelos sentidos, ou até mesmo, por um gênio maligno? Descartes recorreu ao argumento ontológico para solucionar essas questões.

A primeira certeza foi relativa à própria existência, pois, se se pode pensar, ao menos fica claro que a mente existe em algum lugar, mesmo fora do corpo. Portanto, como solucionar o problema seguinte e ter certeza que os sentidos não se mantêm em permanente engano por obra de um gênio maligno ou algo parecido? Para resolver esse problema, Descartes recorre ao argumento ontológico e afirma que o homem já nasce com o conhecimento a respeito de Deus, algo simplesmente inato ao ser humano, de modo que todo homem sabe naturalmente da existência de Deus. Isto, para o filósofo, deve-se ao fato de ser impossível, para um ser imperfeito e limitado como o humano, ter naturalmente a noção da perfeição suprema e da infinitude divinas, portanto, tal só é possível por Deus existir e ter colocado na natureza do homem a certeza de sua existência.

Além disso, como Deus representa a manifestação da perfeição suprema, nenhuma imperfeição poderia ser encontrada em sua natureza ou em seus atos, e à vista disto seria impossível que Deus engasse os sentidos humanos de alguma forma. Portanto, como a existência de Deus era fato irrefutável para Descartes, conseqüentemente não existia nada como um gênio maligno ou um Deus a enganar os sentidos, pois, isto seria contra a natureza perfeita de Deus (DESCARTES, 2000).

Ainda no século 17, o renomado filósofo alemão Leibniz usava uma versão do argumento ontológico muito similar a dos pensadores que o antecederam. A essência do argumento permanece a mesma, isto é, a existência continua a ser um dos atributos da perfeição suprema naturalmente sinônima de Deus. Segundo Reale (2005, p. 56):

Diz Leibniz que só Deus possui essa prerrogativa, isto é, que só de Deus se pode dizer que lhe basta ser possível para que também exista atualmente (enquanto é perfeição ilimitada). Escreve Leibniz: "Assim, somente Deus (ou o Ser necessário) tem esse privilégio de não poder não existir, desde que seja possível. E, como nada pode impedir a possibilidade daquilo que não implica nenhum limite, nenhuma negação e, portanto, nenhuma contradição, só isso já basta para reconhecer a priori a existência de Deus". Deus, portanto, é o único ser necessário que existe, ou seja, o único ser em que essência e existência coincidem.

Para Leibniz, falar em Deus é referir-se a um ser ideal, máximo de perfeição, portanto, algo assim definido não pode, em qualquer circunstância, não existir. A existência é simplesmente um dos atributos inatos de um ser de máxima perfeição, pois, a inexistência é por si sinônimo de imperfeição.

3 Síntese do argumento ontológico contemporâneo

O argumento ontológico não ficou limitado aos períodos medieval e moderno. Atualmente, grandes nomes da filosofia ainda defendem que esse argumento constitui uma das mais poderosas evidências da existência de Deus. Para alguns proponentes do argumento, perante o atual desenvolvimento filosófico, não se trata mais de mera evidência, mas de prova cabal da existência de Deus. Como são muitos os defensores desse argumento hoje em dia, este estudo focará dois principais articulistas da tese na contemporaneidade.

Possivelmente o maior proponente do argumento ontológico atualmente, Alvin Plantinga é um filósofo analítico famoso por suas obras dedicadas a explicar, por meio da lógica, como o mal pode coexistir com um Deus todo-poderoso que, por natureza, é amor. Seu argumento ontológico é baseado na lógica modal e visava, a princípio, refutar o modelo proposto por Malcon e Hartshorne. Em sua versão, Alvin Plantinga utiliza uma forma de axioma conhecida como modal S5, que, por sua vez, afirma que, se algo é possivelmente necessário, sua possibilidade será necessária. Na concepção de Alvin Plantinga, a forma modal S5 sugere que “Dizer que p é possivelmente necessariamente verdadeiro é dizer que, em relação a um mundo, ele é verdadeiro em todos os mundos; mas, nesse caso, é verdadeiro em todos os mundos e, portanto, é simplesmente necessário.” (MARENBNON, 2006, p. 56).

Famoso por suas obras dedicadas a apologética cristã, William Lane Craig, filósofo e teólogo estadunidense é, sem dúvida, um dos maiores expoentes do argumento ontológico na atualidade. Sua formação voltada para religião o levou a ser um dos grandes nomes da apologética cristã. Sua versão do argumento ontológico é um pouco diferente da formulação proposta por Alvin Plantinga e consiste, em suas palavras, na seguinte configuração:

1° É possível que exista um ser maximamente grande. 2° Se é possível que exista um ser maximamente grande, então um ser maximamente grande existe em algum mundo possível. 3° Se um ser maximamente grande existe em algum mundo possível, então ele existe em todos os mundos possíveis. 4° Se um ser maximamente grande existe em todos os mundos possíveis, então ele existe no mundo real. 5° Se um ser maximamente grande existe no mundo real, então existe um ser maximamente grande. 6° Portanto, existe um ser maximamente grande (CRAIG, 2008, p. 185).

É possível observar que a essência do argumento ontológico permanece a mesma durante toda a história de seu desenvolvimento. Seu centro são os atributos inatos de Deus, um ser de máxima perfeição, e isto o faz ser, de fato, ontológico.

4 Raciocínios similares ao argumento ontológico em culturas distintas

Se o argumento ontológico realmente for verdadeiro, os elementos que o compõem necessariamente encontrar-se-ão em diversas culturas e civilizações. Curiosamente, diversos achados históricos documentais permitiram comprovar que, mesmo em civilizações e culturas subdesenvolvidas, era possível encontrar homens e mulheres com alguma concepção de um ser todo-poderoso e de máxima perfeição.

A seguir, apresentam-se evidências empíricas em diversos povos, que ajudam a corroborar a tese de que o argumento ontológico se manifesta, mesmo inconscientemente, em várias culturas ao redor do mundo. É importante destacar que o argumento ontológico não pode e não deve ser usado em defesa da maior parte das divindades existentes em religiões politeístas, como, por exemplo, o panteão de deuses grego. Isto ocorre porque essas divindades não têm como atributo inato a máxima perfeição. Pode-se citar Zeus, deus mais poderoso do panteão grego, cujos atributos não incluíam onipotência, onipresença e onisciência, necessários a um ser de máxima perfeição.

Em religiões politeístas é recorrente a existência de divindades com um número limitado de funções, como os responsáveis pela fertilidade, pela proteção ou pela sabedoria. Um ser de máxima perfeição não pode ter tais limitações. Portanto, o argumento ontológico não serve para sustentar a existência de seres com qualquer nível de imperfeição. Somente a existência de um ser de máxima grandeza e perfeição suprema poderá ser sustentada pelo argumento ontológico. A partir da menção deste aspecto fundamental do argumento ontológico, será possível seguir sem erros interpretativos.

5 Os gregos antigos e a crença em um Deus todo-poderoso

A mitologia grega é hoje tema de grandes produções e conteúdos para entretenimento, em razão da riqueza de detalhes encontrados nessa mitologia. Ressalta-se que o que é hoje considerado mitologia, outrora foi religião para milhares de pessoas da antiguidade. A religião grega era composta por diversas divindades, e era comum que as divindades cultuadas pelos povos vizinhos fossem saqueadas pelos gregos e inseridas no panteão de deuses da Grécia Antiga. Esse era um costume que fez da antiga cidade-estado Atenas um local povoado por centenas de divindades distintas (RICHARDSON, 1998).

Na obra *The lives of eminent philosophers* (“As vidas de filósofos eminentes”), Diógenes Laércio, autor grego do terceiro século antes de Cristo, diz que houve, no sexto século antes de Cristo, uma importante reunião na Colina de Marte, em Atenas, cujo objetivo era apaziguar a ira dos deuses. Acreditava-se em uma maldição lançada sobre Atenas por

intermédio de uma de suas divindades, resultante da traição cometida pelo rei Megacles contra os seguidores de Cylon (RICHARDSON, 1998).

No decorrer da narrativa, considerada verídica por Diógenes, após uma série de tentativas fracassadas de oferecer sacrifícios a todos os deuses do panteão grego, o oráculo de Pítias afirma haver ainda um deus a ser apaziguado. No entanto, o oráculo não sabia o nome da divindade, mas ouvira a respeito de um homem chamado Epimênides, habitante de Cnossos, na ilha de Creta, que saberia como apaziguar a ira do deus então desconhecido. O oráculo, comprometido com a resolução da questão, envia participantes da reunião em busca de Epimênides, que, ao chegar a Atenas, assusta-se com a quantidade exagerada de divindades existentes na cidade. Após seguirem instruções e exigências de Epimênides, bem como reconhecerem sua total ignorância quanto a identidade do deus desconhecido, finalmente conseguiram abrandar-lhe a ira, e as pragas que assolavam a cidade chegaram ao fim (RICHARDSON, 1998).

Na história descrita por Diógenes, chama atenção o fato de os gregos reconhecerem que o deus desconhecido possuía infinitamente mais poder que as demais divindades gregas juntas. Além disso, uma das ordenanças de Epimênides foi a construção de altares onde deveriam constar as palavras “*agnosto theo*”, que significam “a um deus desconhecido”. Menciona-se também que ao menos um desses altares deveria ser preservado para posteridade como forte evidência da atuação de um deus poderosíssimo em favor do povo grego contra as pragas que assolaram Atenas. Diógenes não é o único autor da antiguidade a mencionar esses altares, Pausânias e Filostrato também os descrevem. Pausânias relata o fato em sua obra *Description of Greece* (“Descrição da Grécia”), e Filostrato o faz em *Appolonius of Tyana* (“Apolônio de Tiana”) (RICHARDSON, 1998).

Séculos mais tarde, Lucas, responsável por escrever o livro Atos dos apóstolos, único propriamente histórico do novo testamento, afirma que Paulo de Tarso “dissertava na sinagoga entre os judeus e os gentios piedosos; também na praça, todos os dias, entre os que se encontravam ali.” (At. 17.17). No contexto é possível observar que Paulo de Tarso estava em Atenas, mesma cidade que construiu outrora altares ao deus desconhecido. Lucas continua o relato e deixa claro com quem Paulo falava: “E alguns dos filósofos epicureus e estoicos contendiam com ele, havendo quem perguntasse: Que quer dizer esse tagarela? E outros: Parece pregador de estranhos deuses; pois pregava a Jesus e a ressurreição.” (At. 17.18). No desenrolar da narrativa, Paulo afirma o seguinte: “[...] porque, passando e observando os objetos de vosso culto, encontrei também um altar no qual está inscrito: ao Deus Desconhecido. Pois esse que adorais sem conhecer é precisamente aquele que eu vos anuncio.” (At. 17.23).

Nesse ponto, constata-se como a história de Epimênides registrada por alguns escritores antigos, tais como Diógenes Laércio e Filostrato, contém elementos reafirmados séculos mais tarde por Lucas, escritor do livro de atos dos apóstolos. Tais evidências históricas apontam para a consciência do povo da antiga Grécia sobre a existência de um Deus todo-poderoso e incriado. Uma divindade com atributos totalmente diferentes das outras. Como dito anteriormente, ao menos um dos altares ao deus desconhecido foi preservado até a época de Lucas. A expressão “pregadores de estranhos deuses”, dita por filósofos epicureus e estoicos, não estava relacionada propriamente ao altar ao deus desconhecido, mas ao fato de Atenas ser uma das cidades antigas com a maior quantidade de deuses distintos. Possivelmente, ao ouvirem a respeito de Jesus e sobre a ressurreição, julgaram que Paulo tentava introduzir outra divindade qualquer naquela cidade, então famosa pelo culto a centenas de deuses. Paulo de Tarso, ao observar a situação, deixa claro que não veio falar de um novo deus, mas de um Deus cultuado pelos atenienses há séculos.

Paulo afirmou: “porque, passando e observando os objetos de vosso culto, encontrei também um altar no qual está inscrito: Ao Deus Desconhecido. Pois esse que adorais sem conhecer é precisamente aquele que eu vos anuncio.” (At 17.23). Ao escutarem essas palavras, os filósofos possivelmente recordaram-nas dos escritos de Platão, Aristóteles e Xenofonte, a respeito de Epimênides e do deus desconhecido e único capaz de fazer cessar pragas lançadas sobre Atenas há cerca de seis séculos. Portanto, tudo leva a crer que o povo grego sabia da existência de um Deus extremamente poderoso e incriado, além de cultuado, sem conhecer a identidade exata dele. Outra forte evidência disso se encontra nos escritos de Platão, Aristóteles e Xenofonte, quando usam a expressão “*Theos*” como nome próprio para descrever um Deus supremo e incriado (RICHARDSON, 1998).

Consequentemente, mesmo que o argumento ontológico não pudesse ser usado para defender a existência da maior parte das divindades gregas, ainda assim encontrar-se-ia naquela cultura ao menos um Deus com os atributos necessários para fundamentar o argumento.

6 Os incas e o Deus incriado Viracocha

O povo inca foi uma das mais fascinantes civilizações da antiguidade. Suas construções até hoje são admiradas por aqueles que as estudam e visitam. A religiosidade inca centrava-se no deus sol Inti, e muitas atividades cotidianas eram dirigidas ao culto desta divindade. Um grande templo foi construído em homenagem ao deus sol. Contudo, hoje, há fortes evidências de que esse povo, conhecido por seu politeísmo, está ancestralmente ligado à crença monoteísta

em poderosíssimo deus inciado e criador de todas as coisas. Como dito anteriormente, o argumento ontológico só pode ser usado para inferir a existência de um ser de máxima perfeição, e não sustenta a existência de divindades sem atributos como onipotência, onisciência, onipresença, imutabilidade, atemporalidade, imaterialidade e outras qualidades inatas a um ser de máxima perfeição. Registros históricos mostram que o rei inca Pachacuti governou de 1438 a 1471 a.C. esta grande civilização (RICHARDSON, 1998).

Segundo Richardson, Victor W. Von Hagen, na obra *The Ancient Sun Kingdoms of the Americas* (“Os Antigos Reinos do Sol das Américas”), na edição de 1957, página 497, registrou que, através de uma reflexão puramente racional, o rei Pachacuti abandonou a crença e o culto ao deus sol Inti e passou a adorar o Deus inciado e todo-poderoso Viracocha, presente de forma impopular na cultura inca. Em 1575, em Cuzco, Cristobel de Molina, sacerdote espanhol, encontrou e preservou vários hinos incas e as tradições ligadas a eles. A princípio, os estudiosos de antiguidades surpreenderam-se com os fatos narrados por esses hinos e tradições, pois, tais relatos possibilitavam observar grande semelhança entre o até então desconhecido Deus inca Viracocha e o Deus judaico-cristão. Esta semelhança, primeiramente, levou os estudiosos a duvidarem da veracidade dos achados. Acreditou-se, então, que Molina deturpou os hinos ao introduzir neles ideias europeias. Entretanto, em *History of the Incas* (“História dos Incas”), página 126, Alfred Metraux concorda com John H. Rowe, segundo o qual não houve introdução de elementos culturais tipicamente cristãos em hinos incas por parte de missionários europeus (RICHARDSON, 1998). Segundo Richardson (1998, p. 30),

Novas confirmações da autenticidade da compilação de De Molina vieram à tona. Um outro hino do mesmo gênero, diz Metraux, foi “milagrosamente preservado por Yamqui Salcamaygua Pachacuti, um cronista índio do século XVII [...]. Basta comparar (este outro hino com os) colecionados por De Molina em 1575, para compreender que todos pertencem às mesmas tradições literárias e religiosas.”.

Philip Ainsworth Means, outro grande pesquisador e antropólogo, comenta o descontentamento do rei Inca Pachacuti com a divindade Inti, e diz o seguinte: “*Ele ressaltou que esse corpo luminoso segue sempre um caminho determinado, realiza tarefas definidas e mantém horas certas como as de um trabalhador*” (MEANS, 1965, p. 306). Ou seja, Pachacuti concluiu que Inti não poderia ser verdadeiramente um deus, pois, todos os dias se limitava a seguir a mesma rota. Além disso, Pachacuti também se perguntou o motivo pelo qual as nuvens, ao passarem por baixo de Inti, diminuía a intensidade de sua luz. Se Inti realmente fosse um deus, como as nuvens criadas por ele poderiam diminuir seu poder? Pachacuti concluiu que Inti não poderia ser o verdadeiro deus.

O rei inca entendeu que um ser limitado não poderia ser deus criador de todas as coisas. Este é um raciocínio baseado em causa e efeito, de modo que somente um ser incausado poderia ser o causador de todas as coisas. Isto fica ainda mais evidente quando Pachacuti, ao tentar encontrar o verdadeiro Deus, recorre a antigas tradições de sua própria cultura, e finalmente depara-se com Viracocha, cujos atributos corroboravam uma divindade absoluta, portanto, ideal máximo de perfeição. Ao saber que havia um ser com atributos que, através de conclusões lógicas, julgou ser os de um Deus verdadeiro, o rei inca passa a adorá-lo em lugar do antigo, o limitado e imperfeito deus sol Inti. Segundo Richardson (1998, p. 31):

Um Deus que criara todas as coisas, concluiu Pachacuti, merece ser adorado! Ao mesmo tempo, seria incoerente adorar parte de sua criação como se fosse o próprio Deus! Pachacuti chegou a uma firme decisão – essa tolice de adorar Inti como Deus já fora longe demais, pelo menos quanto a ele e seus súditos da classe alta.

Isto posto, explicita-se que um processo mental com elementos lógicos de causa e efeito possibilitou ao rei Pachacuti concluir que um ser de máxima perfeição necessariamente deveria existir. Embora desconhecesse o argumento ontológico propriamente dito, observam-se claras semelhanças entre o processo de reflexão do rei Pachacuti e os elementos que constituem o argumento ontológico na maior parte das formulações. Assim, pode-se sugerir que o rei Pachacuti usou, para convencimento próprio, uma forma de raciocínio lógico fundamentada em um argumento ontológico de cunho pessoal, embora inconscientemente.

Tal fato evidencia, apesar de parcialmente, ser possível a qualquer ser humano chegar a mesma conclusão a respeito da existência necessária de um ser de máxima perfeição. Ademais, como outra evidência, observam-se casos de pessoas que chegaram a mesma conclusão por meio de um raciocínio semelhante, embora não tivessem contato entre si.

7 O povo Gedeo da Etiópia e o Deus onipotente Magano

O povo Gedeo constitui outra evidência de que muitos elementos presentes no argumento ontológico são naturalmente concebidos por pessoas das mais variadas eras e culturas. Em uma região montanhosa da Etiópia, vive um grupo de milhões de cafeicultores com uma crença comum em um único e todo-poderoso Deus que, por definição, era o criador de todas as coisas e se chamava Magano. Nessa região, composta por diversas tribos, uma se destacava por conter cerca de 500 mil pessoas, que oravam diariamente a Magano. Era o povo Darassa, popularmente conhecido como Gedeo. Entre os costumes do povo Gedeo, um consistia em apaziguar um ser maligno chamado Sheit'an.

Ao serem questionados sobre o motivo que os levava a oferecer sacrifícios a esse ser, responderam cultuá-lo não por amor, mas por não estarem verdadeiramente em comunhão com Magano, o Deus todo-poderoso que seria o único capaz de livrá-los do poder de Sheit'tan. É, no mínimo, curioso, o fato de o nome *Sheit'tan* ser extremamente semelhante ao inglês *Satan*. Alguns eruditos sugerem que essas palavras têm a mesma raiz etimológica. Além disso, também fica evidente a grande semelhança entre os atributos do Deus Magano e do Deus judaico-cristão. Tal semelhança levou alguns estudiosos a sugerirem uma origem comum para essas religiões (RICHARDSON, 1998).

Warrasa Wange, membro da Gedeo e parente da “família real” da tribo, afirmou ter pedido a Magano que se revelasse de forma integral a todo o povo Gedeo. O método usado por Wange foi uma simples oração. Algum tempo depois, Warrasa relatou visões repentinas de dois homens brancos que erigiam dois frágeis abrigos sob a sombra de um sicômoro, árvore comum na região. Na visão, os homens de pele clara fizeram abrigos em uma região próxima à Dilla, depois construíram estruturas permanentes, com telhados brilhantes. Warrasa Wange nunca vira estruturas como essas, tampouco telhados brilhantes, pois, em sua tribo, eram comuns telhados feitos de capim. Richardson (1998) diz o seguinte respeito da visão:

Então, ele ouviu uma voz. “Esses homens”, disse ela, “trarão a você uma mensagem de Magano, o Deus que você procura. Espere por eles”. Na cena final de sua visão, Warrasa viu-se removendo a estaca central de sua própria casa. No simbolismo gedeo, essa estaca central representa a própria vida do homem. Ele levou a seguir a estaca e fixou-a no solo junto a uma das habitações de telhado brilhante dos estranhos. Warrasa compreendeu a implicação – a sua vida iria identificar-se mais tarde com a dos estrangeiros, com a sua mensagem e com Magano que os enviaria. Warrasa esperou. Oito anos se passaram. Durante esses oito anos vários adivinhos entre os gedeos profetizaram que estranhos logo chegariam trazendo uma mensagem de Magano. (RICHARDSON, 1998, p. 45).

Curiosamente, em dezembro de 1948, Glen Cain e seu amigo canadense de olhos azuis, Albert Brant, tinham como propósito realizar trabalho missionário entre as pessoas da tribo Gedeo. Para que o trabalho ocorresse no centro da região habitada pelo povo Gedeo, pediram permissão ao governo etíope. Contudo, alguns amigos ligados ao governo os advertiram que dificilmente conseguiriam o que solicitaram por conta do conturbado aspecto político da ocasião. Após serem aconselhados, mudaram sua rota para a afastada cidade Dilla. Alguns integrantes do governo eram contra a missão evangelística entre os Gedeo, portanto, ao permitirem que os missionários fossem à Dilla, esperavam que os pregadores fracassassem.

Próximos da cidade, os missionários procuraram sombra para descansar, por conta da temperatura elevada. Ao olharem ao redor, viram um sicômoro, e se dirigiram a ele. Warrasa

Wange, o homem do povo Gedeo que tivera a visão há cerca de oito anos, ouviu o som do veículo dos missionários e os seguiu. Naquele local, Warrasa acompanhou os homens realizarem as mesmas ações de sua visão. Três décadas mais tarde, Warrasa, agora um convertido ao cristianismo, em conjunto com seus novos amigos, estabeleceu entre o povo Gedeo cerca de 200 igrejas, com média de 200 membros em cada uma (RICHARDSON, 1998).

É interessante como divindades com atributos fundamentais para o argumento ontológico podem ser encontradas em diversas culturas. Outra grande questão está nas semelhanças significativas encontradas entre as tradições e os rituais das mais diversas religiões. Graças a essas semelhanças, muitos eruditos defendem que as religiões existentes derivam de uma crença monoteísta milenar.

8 Shang ti e Hananim

Entre chineses e coreanos há uma antiga crença em um Deus com os atributos necessários à fundamentação do argumento ontológico. Para os chineses, seu nome é *Shang Ti*; para os coreanos, *Hananim*. Alguns estudiosos afirmam que, linguisticamente, *Shang Ti* talvez tenha relação com o termo hebraico *El Shaddai*, o Deus todo-poderoso (RICHARDSON, 1998).

Segundo a *Encyclopedia of Religion and Ethics* (“Enciclopédia de Religião e Ética”, v. 6, p. 272), a primeira forma de crença religiosa chinesa era direcionada exclusivamente ao deus *Shang ti*. O culto a *Shang Ti* e *Hananim* ocorria cerca de 2600 anos antes de Cristo, ou seja, muito antes do confucionismo, taoísmo e budismo existirem na China. Segundo Richardson (1998),

O povo chinês, por sua parte, parece ter homenageado *Shan Ti* livremente até o começo da Dinastia (1066-770 a.C.). Nessa época, os líderes religiosos chineses, desejosos de enfatizar a majestade e santidade de *Shang Ti*, gradualmente perderam de vista seu amor e misericórdia para com os homens. Eles logo limitaram de tal modo a fé que apenas o imperador foi considerado “suficientemente bom” para adorar *Shang Ti* – e isso somente uma vez por ano! O povo comum, a partir desse período, ficou proibido de render culto diretamente ao Criador (RICHARDSON, 1998, p. 51).

Em decorrência da proibição do culto ao deus *Shang Ti* outras religiões, como o confucionismo, ganharam cada vez mais adeptos, e aos poucos, o deus todo-poderoso e incriado *Shang Ti/Hananim* foi esquecido pela massa populacional. Contudo, até hoje ainda se encontram entre os chineses e coreanos histórias sobre o onipotente *Shang Ti/Hananim*.

9 Considerações finais

Muitos elementos presentes nas diversas formulações existentes do argumento ontológico são encontradas em várias culturas. Em muitas culturas politeístas, em que não se encontravam divindades de máxima perfeição, houve homens, como o rei inca Pachacuti, capazes de conceber de forma puramente racional que um ser de máxima grandeza necessariamente deveria existir. Isto sugere que todos os homens podem naturalmente alcançar a consciência da inevitável existência de um ser todo-poderoso, como no argumento ontológico formulado por Boaventura e Descartes.

Observam-se, também, evidências que apontam para uma possível ancestralidade comum entre as culturas religiosas de diversos povos, em razão das significativas semelhanças entre divindades e costumes de povos que, ao menos em tese, não tiveram contato com outras culturas. Pode-se sugerir que diversas culturas religiosas politeístas derivam de uma ancestral religião monoteísta, que cultuava apenas um Deus todo-poderoso com os atributos necessários a um ser de máxima perfeição. Isto fica extremamente evidente ao se analisarem as características do culto e do próprio Deus inciado e todo-poderoso *Shang Ti*, na China, e do Deus *Hananim*, na Coreia.

É importante frisar que *Shang Ti* e *Hananim* constituem o mesmo Deus, porém com nomes distintos. Além disso, alguns eruditos afirmam que o nome *Shang Ti* provém da palavra hebraica *El Shaddai* (Deus todo-poderoso), e isto evidencia mais uma vez a ideia de uma origem comum monoteísta para as diversas culturas religiosas existentes em nossos dias.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

AGOSTINHO, Santo. **A Doutrina Cristã**. Trad. Ir. Nair de Assis Oliveira. Rev. Honório Dalbosco. São Paulo: PAULUS, 2002. I, 7, 7.

ANSELMO, Santo. **Proslogion seu Alloquium de Dei existentia**. Trad. José Rosa. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. (Textos Clássicos de Filosofia). Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/anselmo_cantuaria_proslogion.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

BÍBLIA. Atos. Português. *In*: A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

CRAIG, William Lane. **Reasonable faith**. Wheaton: Crossway Book, 2008.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Abril Cultural, 2000.

GILSON, Etienne. **A Filosofia Na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARENBOON, John. **Medieval Philosophy: an historical and philosophical Introduction**. London; New York: Routledge, 2007.

MEANS, Philip Ainsworth. **The Incas: Empire Builders of the Andes**. rev. Washington: National Geographic Society, 1965. p. 306. (Indians of the Americas).

ONTOLOGY. *In*: ONLINE Etymology Dictionary. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/ontology>. Acesso em: 19 out. 2021.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: de Spinoza a Kant**. São Paulo: Paulus, 2005.

RICHARDSON, Don. **O fator Melquisedeque**. São Paulo: Vida Nova, 1998.